



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

07/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo Bolsonaro prepara pente-fino em todos os benefícios pagos pelo INSS

O governo Jair Bolsonaro planeja enviar ao Congresso Nacional uma MP (medida provisória) que revê regras previdenciárias para deflagrar um pente-fino em todos os benefícios pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Para viabilizar a operação, a MP estabelecerá o pagamento de um bônus de R\$ 57,50 a técnicos e analistas do seguro social que identificarem irregularidades em aposentadorias e pensões. A medida provisória será apresentada pelo governo Bolsonaro como um conjunto de ações para aperfeiçoamento e modernização da legislação.

A expectativa é que as novas regras possam gerar uma economia de R\$ 9,3 bilhões em um ano, já descontados os pagamentos dos bônus. O valor corresponde a 4,2% do déficit previsto no RGPS (Regime Geral de Previdência Social) para este ano. É um valor ínfimo perto de um rombo total que deve bater em R\$ 220 bilhões. Quem acompanha o trabalho, porém, defende que a MP terá o efeito de funcionar como uma espécie de ação moralizadora, para melhorar a organização do INSS, corrigir distorções legais e coibir fraudes enquanto se finaliza uma proposta mais ampla de reforma da Previdência. Pela medida provisória, entram na mira dos fiscais a pensão por morte, a aposentadoria rural e o auxílio-reclusão.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – <http://www.diariodolitoral.com.br/brasil/governo-bolsonaro-prepara-pente-fino-em-todos-os-beneficios-pagos-pelo/121389/>

Idade mínima para aposentadoria

O presidente Jair Bolsonaro disse que a proposta de reforma da Previdência em discussão no governo prevê a idade mínima de 62 anos para os homens e 57 anos para as mulheres com aumento gradativo. Segundo Bolsonaro, seria mais um ano a partir da promulgação e outro em 2022, mas com diferenças de idade mínima de acordo com a categoria profissional e a expectativa de vida. Segundo Bolsonaro, o futuro presidente avaliaria a necessidade de novos ajustes no sistema previdenciário. “Quando você coloca tudo de uma vez só no pacote, você pode errar, e nós não queremos errar”, disse em entrevista ao SBT, a primeira após ter tomado posse, na quinta-feira (3). O presidente indicou que as medidas visam principalmente a previdência dos servidores públicos. “O que mais pesa no Orçamento é a questão da previdência pública, que terá maior atenção da nossa parte. Vamos buscar também eliminar privilégios”, afirmou o presidente, que descartou aumentar a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, hoje em 11%.

SEM REGRAS ÚNICAS.

Bolsonaro disse que a reforma não estabelecerá regras únicas para todos os setores e todas as categorias profissionais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/01/2019

Governo estuda reduzir alíquota máxima do IR

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que o governo estuda reduzir a alíquota máxima do Imposto de Renda para pessoas físicas dos atuais 27,5% para 25%. Atualmente, a alíquota de 27,5% é cobrada dos contribuintes que ganham a partir de R\$ 4.664,68 por mês. A informação das mudanças no Imposto de Renda foi antecipada pelo jornal O Globo. Bolsonaro, que não deu mais detalhes sobre a mudança no IR, deu uma rápida entrevista na base aérea após a transmissão de cargo do novo comandante da Aeronáutica. O governo instituiria uma alíquota única - entre 15% e 20% - e ampliaria a faixa de isenção (que atualmente é de R\$ 1.903,98, ou seja, quem ganha até esse valor não paga IR). A proposta da equipe econômica é que a alíquota maior, de 25%, seja cobrada apenas dos 3% mais ricos da população - aqueles que ganham acima de R\$ 25 mil por mês. No entanto, a alíquota não incidiria sobre todo o salário, mas apenas da parte que ultrapasse os R\$ 25 mil. Assim, em um mesmo salário teria três faixas: uma parte isenta, outra com a alíquota única (entre 15% e 20%) e outra parte com a alíquota de 25% (caso o salário ultrapasse os R\$ 25 mil mensais). Dessa forma, a equipe econômica acredita que estará cumprindo a progressividade prevista na Constituição, o que exige alíquotas diferentes de acordo com a renda para não aumentar a desigualdade. Os estudos do governo ainda preveem modificar a forma como gastos com saúde, educação e empregados domésticos são usados para deduções no Imposto de Renda.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/01/2019

Onyx: não haverá aumento de IOF

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro 'se equivocou' ao dizer que havia sancionado um decreto que elevava a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para compensar incentivos fiscais ao Norte e Nordeste. "Ele se equivocou, ele assinou a continuidade do projeto da Sudam e da Sudene", disse Onyx em entrevista coletiva. Em evento da troca de comando da Aeronáutica, na manhã desta sexta-feira (4), Bolsonaro admitiu que havia assinado um decreto que elevava o IOF. Horas depois, o secretário especial da Receita, Marcos Cintra, negou a fala do presidente e disse que não haveria aumento de impostos. Segundo Onyx, o presidente se equivocou ao falar sobre o decreto quando, na verdade, tratava da sanção de uma lei. Ele disse em entrevista coletiva que não haverá alta de impostos. Segundo Onyx, a informação sobre o estudo que previa o aumento do IOF não deveria "ter vazado". O ministro falou sobre a reportagem da Folha que antecipou que o governo estudava o aumento do imposto. Ele admitiu que o assunto estava em discussão até a manhã de sexta, mas que a decisão final foi não elevar o imposto.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/01/2019

CNDL: brasileiro quer pagar dívidas

Pesquisa divulgada ontem (2) pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) revela que as principais metas financeiras do brasileiro para 2019 são juntar dinheiro para pagar dívidas. Segundo a pesquisa, 51% do total dos entrevistados pretende juntar dinheiro em 2019 e 37% em "sair do vermelho". Sete em cada dez entrevistados (72%) dizem estar otimistas com a economia neste ano e que a vida financeira será melhor, enquanto 8% do total revela pessimismo, dizendo que a economia vai piorar. "À medida em que o novo governo anuncia seus projetos para o país, aumenta o clima de otimismo com a retomada da economia, que deve começar a ser percebido a partir do segundo semestre", disse José César da Costa, presidente da CNDL. Entre os otimistas, as perspectivas para este ano são manter os pagamentos das contas em dia (69%), fazer reserva financeira (59%) e realizar algum sonho de consumo (57%). Foram entrevistadas 702 pessoas, entre 27 de novembro e 10 de dezembro, de ambos os sexos e acima de 18 anos, de todas as classes sociais, em todas as regiões brasileiras.

CRISE.

Seis em cada dez entrevistados (58%) acreditam que os efeitos da crise terão impacto ainda neste ano.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 03/01/2019